



GT20 - Psicologia da Educação – Trabalho 778

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DOS PROCESSOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA PSICOLOGIA HISTÓRICA

Abel Silva Borges - UFSC

Resumo

O ensaio tem como objeto de análise uma problemática relevante para a atualidade, qual seja: que espécie de subjetividade e identidades sociais vem sendo construídas por meio do processo de criação/recriação e da cultura? Tem seu foco de análise nas produções realizadas por Norbert Elias acerca do processo civilizatório e de formação do indivíduo. Pretende contribuir para os debates na área de Psicologia da Educação, com vistas a um projeto de Psicologia articulada com o processo histórico de constituição do sujeito e da cultura. Nos textos analisados, Elias apresenta seus referenciais sociológicos, bem como alguns dilemas presentes nas ciências humanas e sociais, em especial na Psicologia. Elias investiga as relações entre as mudanças que se processam nas sociedades e as que se dão ao nível das emoções e estruturas de controle humanas. Tais estudos o ajudam a solucionar o problema da ligação entre estruturas psicológicas individuais, chamadas também de “estruturas de personalidade”, e as formas criadas por grande número de indivíduos interdependentes, as “estruturas sociais”. Um conceito formulado por Elias e central na abordagem da sociologia dos processos é o conceito de *habitus* social, instrumento potente para análise da relação indivíduo/sociedade.

Palavras-Chave: Psicologia da Educação, Indivíduo, Cultura e Sociedade

O presente ensaio é resultado dos estudos realizados no âmbito de uma pesquisa que tem como objeto de análise uma problemática relevante para a atualidade, qual seja: que espécie de subjetividade e identidades sociais vem sendo construídas por meio do processo de criação e recriação da cultura?

Para tanto, debruçamo-nos sobre as produções realizadas por Norbert Elias e Herbert Marcuse acerca do processo civilizatório e do processo de formação do indivíduo. Partindo de perspectivas teóricas distintas, ambos os autores estabelecem interlocução fundamental com a ciência psicológica na direção de um projeto de Psicologia que supere as atuais visões abstratas de indivíduo e sociedade.

O que se pretende nesse trabalho é contribuir para os debates na área de Psicologia da Educação, buscando ampliar as possibilidades de constituição de um projeto de Psicologia calcada na análise de homens concretos vivendo em situações concretas, ou seja, uma Psicologia da Educação articulada com o processo histórico de constituição do sujeito e da cultura.

No presente ensaio, temos como foco de análise a produção de Norbert Elias.

Norbert Elias nasceu em 1897, na cidade alemã de Breslau, e morreu em 1990, em Amsterdam. Em sua trajetória intelectual dedicou-se à investigação sociológica, estabelecendo interlocuções constantes em sua obra com a Filosofia, História e Psicologia. Realizou seus estudos iniciais nas áreas de Medicina e Filosofia e, embora tendo decidido interromper os estudos em Medicina e dedicar-se às ciências humanas, reconhece a influência desses estudos em seu pensamento:

(...) os sociólogos que não fizeram estudos de medicina falam com frequência da sociedade sem integrar em seus discursos os aspectos biológicos do homem. E isso, me parece, é um erro. Os sociólogos têm uma atitude defensiva com respeito à biologia porque temem que a sociologia perca sua substância na biologia. A meu ver, não se pode construir uma teoria ... digamos, da atividade humana sem saber como o organismo é construído e como ele trabalha. Inclusive, quando são desenvolvidas teorias epistemológicas, em filosofia, e que não se sabe nada sobre as estruturas do cérebro, aí tem algo de errado. Quanto a mim, ocorreu-me inserir em minhas aulas de sociologia um corte de cérebro, a fim de mostrar aos estudantes como os homens são construídos, porque só aí eles são capazes de compreender como as sociedades funcionam. Dessa forma, não reduzo a sociologia à biologia (ELIAS, 2001b, p. 38)

Observa-se, na citação acima, sua crítica aos estudos sociológicos que tomavam os processos sociais como realidades vazias de seres humanos, desumanizadas. Ao mesmo tempo, questiona o paradigma filosófico tradicional do sujeito de conhecimento que considera o indivíduo naturalmente dotado de faculdades que lhe permitiriam apreender e explicar o universo. Quintaneiro (2010, p. 23) destaca que, “para Elias,

somente por meio da aprendizagem, efetuada socialmente, são atualizadas as potencialidades naturais da espécie humana, que assim se emancipa da transformação advinda exclusivamente da transmissão genética”.

Elias entendia como desafio constante da ciência sociológica construir modelos de compreensão dos processos sociais que superassem o abismo imaginário entre as categorias indivíduo e sociedade. Nas investigações que realiza na década de 1930, procura responder a seguinte questão: “O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS, 1994, p. 33). Isso que pode parecer óbvio, diz ele, exige, no entanto, explicação: como teria ocorrido realmente esta mudança; em que consistiu, quais foram suas causas?

O autor investiga o padrão de hábitos e comportamentos a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo. Define o processo civilizador como um movimento de mudança de longa duração, não intencional ou planejado pelos indivíduos e grupos que dele participam, cuja tendência tem sido a moderação dos impulsos da vida afetiva e instintiva, a pacificação das condutas e a existência de formas mais complexas de organização política e de divisão do trabalho (QUINTANEIRO, 2010).

Elias expôs os resultados de suas investigações em uma obra publicada no Brasil, em dois volumes: no primeiro (ELIAS, 1994), o processo civilizador é examinado com base nos costumes – por exemplo, novos comportamentos à mesa, o aprendizado do uso do garfo, novas condutas de higiene corporal; no segundo (ELIAS, 1993), é a constituição do Estado moderno que conduz o exame do processo civilizador.

Ao explicar as motivações que o levaram a escrever o trabalho, Elias é claro:

Comecei então meu livro *O processo civilizador* tendo perfeita consciência de que constituía um ataque implícito contra a onda de estudos acerca das mentalidades e dos comportamentos feitos pelos psicólogos da época. Pois os psicólogos acadêmicos – e não os freudianos – acreditavam, firmemente, que devia existir uma pessoa diante de si, aqui e agora, cuja mentalidade era preciso avaliar através de formulários ou outros métodos quantitativos para ser capaz de dizer algo de incontestável. Utilizando esse método, é claro que é absolutamente impossível

perceber as normas atuais como resultado de um devir. Eles sempre faziam como se fossem capazes, graças aos resultados de testes aplicados em pessoas de hoje, de tirar conclusões sobre os homens em geral (ELIAS, 2001b, p. 63-64)

As reflexões, a seguir, tomam como base a apresentação do livro *O processo civilizador*, de autoria de Renato Janine Ribeiro (1994), bem como algumas considerações acerca da introdução ao livro escrita por Elias trinta anos depois de sua primeira publicação e incluída na edição europeia de 1968 e, que, no Brasil, foi publicada como Apêndice, a partir da edição de 1984.

Janine Ribeiro, em sua apresentação, remete a algumas questões importantes para a compreensão do conteúdo exposto na obra: como os homens se tornaram educados e começaram a tratar-se com boas maneiras. Segundo Ribeiro (1994), o que Elias investiga é o desenvolvimento dos modos de conduta, a “civilização dos costumes”, partindo do pressuposto de que não existe atitude natural no homem. O que se evidencia no “processo civilizador” é que nossos comportamentos passam por um longo processo de *condicionamento e adestramento*, tal como a moralidade (Da genealogia da moral, Nietzsche), a qual não é natural, foi adquirida por um processo de adestramento difícil e que teve um alto custo para os homens.

É desta maneira que Norbert Elias pensa. Pode respeitar os costumes que civilizaram (transparece até mesmo sua simpatia por eles), mas sempre tem em mente que o condicionamento foi e é caro. Uma responsabilidade enorme vai pesando sobre o homem à medida que ele se civiliza. Isso tanto se entende à luz das torturas, físicas ou psíquicas (destas ele fala, em belas páginas, sobre a educação das crianças), que Nietzsche havia identificado na origem da cultura, quanto à luz do que Freud diz, no fim da vida, sobre a própria civilização: quanto mais aumenta, mais cresce a infelicidade (RIBEIRO, 1994, p. 10).

Janine Ribeiro chama a atenção para o fato desta equação ter sido bastante contestada e também para o acaso de a *Introdução* do Processo Civilizador datar do mesmo ano de 1968 que marcou a explosão do movimento estudantil, ano também da publicação do livro de Marcuse *Eros e Civilização*, no qual demonstra que, na teoria de

Freud, a civilização surge-nos estabelecida em contradição com os instintos primários e o princípio de prazer, na permanente subjugação dos instintos humanos, o que permite dizer que o custo da civilização está na infelicidade.

Outra questão polêmica na obra de Elias, apontada por Janine Ribeiro, diz respeito à ideia de que existe um sentido na história:

Com frequência, ele volta a sua ideia reguladora de que os fenômenos, a primeira vista carentes de sentido, se examinados a olho nu ou na escala do tempo imediato revelam, porém, seu nexos quando postos contra uma medida de longo prazo (RIBEIRO, 1994, p. 11).

Janine Ribeiro identifica nesta postura de Elias uma convergência com os historiadores franceses das mentalidades, adeptos da “longa duração” como medida mais adequada para o estudo da história. Tal medida de longo prazo, ou “curva da civilização”, adquire importância quando passa a definir pelo menos os últimos setecentos anos da aventura humana.

A “evolução” proposta por Elias parece ser definitiva, e desde que tomou conta da sociedade ocidental, foi assumindo um caráter irreversível e deverá terminar por **mundializar-se**. Uma questão importante é apontada por Janine Ribeiro:

(...) (será que o gradual refinamento dos costumes continua sendo o que marca a nossa sociedade, ou hoje nos encaminhamos em sentido inverso ao que Elias descreve?) – só que agora a questão é de princípio, é mais propriamente teórica, e não de fato: tem cabimento apontar um *sentido* na história, como faz Elias? (RIBEIRO, 1994, p.11 e 12).

Finaliza sua apresentação indicando que o estudo da História, da Psicologia ou da Sociologia não pode ser o mesmo, após a leitura desta obra e também não pode ser a mesma a nossa valoração dos últimos séculos, do que chamamos de “civilização” ou progresso.

O que podemos extrair da obra de Elias, como afirma Janine Ribeiro é “(...) uma lição notável sobre a cultura e seus custos, além de uma indagação sobre o seu valor” (RIBEIRO, 1994, p. 12).

Na introdução que Elias escreve posteriormente sobre *O processo civilizador*, apresenta seus referenciais sociológicos, bem como alguns dilemas presentes nas ciências humanas, em especial na Psicologia.

Inicia afirmando que, ao pensar e teorizar a respeito da estrutura e controle das emoções humanas nos dias de hoje, contentamo-nos em geral em usar como prova as observações colhidas nas sociedades mais desenvolvidas de hoje. No entanto, observa que podem diferir o padrão e modelo de controle das emoções em sociedades que se encontrem em diferentes estágios de desenvolvimento e, mesmo, em diferentes estratos da mesma sociedade.

Suas observações dão origem à seguinte pergunta:

como e por que, no curso de transformações gerais da sociedade, que ocorrem em longos períodos de tempo e em determinada direção – e para as quais foi adotado o termo ‘desenvolvimento’ – a afetividade do comportamento e experiências humanas, o controle de emoções individuais por limitações externas e internas e, neste sentido, a estrutura de todas as formas de expressão, são alterados em uma direção particular? (ELIAS, 1994, p. 214).

Aparentemente, parece haver um sentido e direção do desenvolvimento, do menos “civilizado” para o “mais civilizado”. Indica que isto acontece porque os estudos empíricos de transformações a longo prazo de estruturas de personalidade, em especial de controle de emoções, dão origem a grandes dificuldades no estágio atual das pesquisas sociológicas. Tais transformações a longo prazo das estruturas sociais e, por conseguinte, também, das estruturas da personalidade, perderam-se de vista na maioria dos casos. O estudo que empreende do processo civilizador diz respeito a esses processos de longo prazo.

Afirma ser possível distinguir duas direções principais nas mudanças estruturais da sociedade: as que tendem para a maior diferenciação e integração e as que tendem para menos. Havendo também um terceiro tipo de processo social no qual é mudada a estrutura de uma sociedade, ou de alguns de seus aspectos particulares, no entanto, sem haver tendência de aumento ou diminuição no nível de diferenciação e integração. “Por último, são incontáveis as mudanças na sociedade que não implicam mudança em sua estrutura” (ELIAS, 1994, p. 215).

Elias estabelece relações entre as mudanças que se processam nas sociedades e as que se dão ao nível das emoções e estruturas de controle humanas.

A demonstração de uma mudança em emoções e estruturas de controle humanas que ocorre ao longo de muitas gerações, e na mesma direção – ou, em curtas palavras, o aumento do reforço e diferenciação dos controles – gera outra questão: É possível relacionar essa mudança a longo prazo nas estruturas da personalidade com mudanças a longo prazo na sociedade como um todo, que de igual maneira tendem a uma direção particular, a um nível mais alto de diferenciação e integração social? (ELIAS, 1994, p. 215).

Tais questões parecem fundamentais para se compreender o que ele chama de processo civilizador.

No sentido de abandonar ideias metafísicas que vinculam o conceito de desenvolvimento à noção de uma necessidade mecânica ou de uma finalidade teleológica, o enfoque adotado pelo autor parte de uma metodologia voltada para ligações factuais e suas explicações, ou seja, enfoque empírico e teórico preocupado com mudanças estruturais de longo prazo de um tipo específico, ou “desenvolvimento”.

Indica, ainda, que com esse tipo de investigação é possível superar as teorias de mudança social hoje predominantes que, no curso do tempo, substituíram na pesquisa sociológica uma anterior, centralizada na velha e semimetafísica ideia de desenvolvimento. Em sua opinião, “(...) ainda faltam teorias empiricamente baseadas para explicar o tipo de mudanças sociais de longo prazo que assumem a forma de processo e, acima de tudo, de desenvolvimento” (ELIAS, 1994, p. 216).

O que Elias enfatiza é que:

um conceito de mudança social que não estabeleça uma clara distinção entre as mudanças que se relacionam com a estrutura da sociedade e as que não – e, além do mais, entre mudanças estruturais sem uma direção específica e as que seguem um rumo particular ao longo de várias gerações como, por exemplo, para a maior ou menor complexidade – é um instrumento muito imperfeito de pesquisa sociológica (ELIAS, 1994, p. 217).

Os estudos desenvolvidos por Elias o ajudaram a solucionar o problema da ligação entre estruturas psicológicas individuais chamadas também de “estruturas de personalidade” e as formas criadas por grande número de indivíduos interdependentes “as estruturas sociais”. Tal solução é possível porque aborda “(...) ambos os tipos de estruturas não como fixos, como em geral acontece, mas como mutáveis, como aspectos interdependentes do mesmo desenvolvimento de longo prazo” (ELIAS, 1994, p. 217). Na sequência de sua exposição, passa a fazer a crítica à abordagem teórico-metodológica de um dos principais teóricos da sociologia, Talcott Parsons.

O que o autor pretende é lançar os alicerces de uma teoria sociológica não dogmática, empiricamente baseada em processos sociais em geral e de desenvolvimento social, em particular. Naquele momento Elias acreditava que não fosse necessário dizer explicitamente que esse estudo nem era de uma “evolução”, no sentido do século XIX, de um progresso automático, nem de uma “mudança social” inespecífica no sentido do século XX:

Foi demonstrado que os modelos teóricos de desenvolvimento social de longo prazo elaborados no século XIX por homens como Comte, Spencer, Marx, Hobhouse e muitos outros, fundamentaram-se, em parte, em hipóteses condicionadas, principalmente, pelos ideais políticos e filosóficos desses homens e apenas secundariamente pelas suas relações com os fatos (ELIAS, 1994, p. 223).

Em sua opinião, tais modelos de desenvolvimento tinham uma mistura de noções baseadas em fatos e de caráter ideológico. E ainda,

muitos dos artigos de fé sociológicos pioneiros não foram mais aceitos pelos sociológicos no século XX. Eles incluía, acima de tudo, a crença em que o desenvolvimento da sociedade é necessariamente uma evolução para o melhor, um movimento na direção para o progresso (ELIAS, 1994, p. 223 e 224).

Indica que é missão de toda a teoria sociológica esclarecer as características que todas as sociedades humanas possíveis tenham em comum. Entende que o conceito de “processo social” e outros, utilizados em seus estudos, exerce tal função. As abordagens

“funcionalistas estruturais”, como demonstra Elias, trazem a marca de um tipo específico de raciocínio ao reduzir processos a condição de estados.

Procedendo a crítica dos modelos teóricos sociológicos que se ocupavam com o desenvolvimento social, Elias demonstra haver uma oscilação radical do pêndulo – uma fase em que os teóricos da Sociologia procuravam modelos de desenvolvimento social de longo prazo e outra na qual se interessavam principalmente por modelos de sociedade em estado de repouso e imutabilidade. Ao que se deve essa virada do pêndulo? Ao que parece, a mudança de orientação teórica foi reação de muitos cientistas contra a interferência de ideias políticas e filosóficas em seus temas de estudo. No entanto, como adverte Elias, tal explicação é inadequada. Considera que a mudança radical observada na teoria sociológica

É sintomática de uma mudança mais abrangente, ou geral, nos ideais predominantes nos países em que se encontra o principal trabalho da Sociologia. Essa mudança indica, por seu lado, a transformação específica que vem ocorrendo desde o século XIX e prossegue no século XX, nas relações internas e externas dos estados industriais mais antigos e desenvolvidos (ELIAS, 1994, p. 225).

A crença de que o desenvolvimento da sociedade é necessariamente uma evolução para o melhor, um movimento em direção ao progresso, foi rejeitada por muitos sociólogos do século XX e também

(...) toda discussão dos processos sociais de longa duração, em particular a dos processos de desenvolvimento, foi daí em diante vinculada a um ou outro dos sistemas de ideias do século XIX e, acima de tudo, à ideia de que o desenvolvimento social fosse ocorrendo em linha reta, sem conflito ou dialeticamente com o conflito, devia automaticamente ser uma mudança para melhor, um movimento na direção do progresso. A partir dessa data, pareceu quase anacrônico alguém ocupar-se de questões como desenvolvimento social (ELIAS, 1994, p. 224).

Pode-se relacionar a mudança radical no caráter dos ideais sociais na evolução da Sociologia, também às mudanças mais abrangentes que vêm ocorrendo desde o

século XIX e prosseguem no século XX, que levaram ao questionamento da ideia de progresso:

No século XX, época em que o progresso real da ciência, tecnologia, saúde e padrão de vida, e não menos na redução das disparidades entre as pessoas, excede de muito, nas nações industrializadas há mais tempo, o progresso conseguido em todos os séculos anteriores, o progresso deixou, para muitas pessoas, de ser um ideal. E estão se tornando mais numerosas as vozes dos que duvidam de todo esse progresso real (ELIAS, 1994, p. 228).

As realizações no campo científico e técnico são realidade, como são realidade todas as guerras repetidas, o perigo iminente de uma guerra nuclear, a fome e a miséria de nações inteiras, tudo isso contribui para uma crescente desconfiança do valor dessas realizações e no progresso em geral.

As classes nascentes do século XIX, que tiveram que lutar em seus Estados contra a elite dinástica tradicional e para as quais o desenvolvimento, progresso e um melhor futuro eram não só fatos, mas também um ideal de grande significado emocional, tornaram-se neste século as classes industriais mais ou menos tradicionais, cujos representantes estão instalados institucionalmente, como grupos governantes ou co-governantes. Parcialmente como sócios e até certo ponto como adversários, os representantes da burguesia industrial e do operariado tradicional formam agora a principal elite das nações da primeira onda de industrialização (ELIAS, 1994, p. 228/229).

Sobre o processo de integração, anteriormente referido, o autor afirma que é fundamental compreender a sua direção, uma vez que, a cada transição, muda a posição do indivíduo e a própria relação indivíduo – sociedade. Nesse aspecto, a abordagem proposta pela sociologia dos processos evidencia sua diferenciação com as abordagens das ciências naturais, o que dispõe novos instrumentos conceituais para as ciências humanas, em especial para a Sociologia. No caso da abordagem das ciências naturais, é possível buscar a validade universal de observações de fenômenos realizadas no

contexto atual, constituindo leis universais. O mesmo não pode ser admitido ao pensarmos em questões relativas aos seres humanos, especialmente em função de uma diferença de ritmo da evolução nos dois casos.

Com bastante sucesso, é possível usar leis gerais como meio de orientação e esquecer que elas talvez não se apliquem da mesma forma a todos os estágios da evolução do universo. Mas a situação é diferente quando se investiga os fenômenos humanos, a velocidade com que se modificam os grupos humanos, ou seja, as relações das pessoas entre si é comparativamente rápida. Não é possível ignorar as mudanças nos grupos humanos e as correspondentes mudanças nas estruturas de personalidade das pessoas, individualmente consideradas, ao fazer afirmações universais sobre os seres humanos. Nesse caso, é necessário incluir uma imagem do desenvolvimento das estruturas sociais e de personalidade como quadro de referência do estudo que se efetua (ELIAS, 1994, p. 143).

Na investigação, Elias identifica o instrumento mais poderoso de mudança comportamental do qual emerge o homem ocidental moderno: na longa duração, o imperativo do controle sobre os comportamentos desloca o seu peso do grupo para o indivíduo, que passa a ser o principal policial do próprio comportamento (ELIAS, 1994).

Um conceito formulado por Elias e central na abordagem da Sociologia dos processos é o conceito da *habitus social*, instrumento potente para análise da relação indivíduo/sociedade. O autor define, a partir do conceito de *habitus social*, o que é caracterizado como estrutura de personalidade: “Esse **habitus**, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros da sociedade” (ELIAS, 1994, p. 150).

Segundo Quintaneiro, “o *habitus* é uma base que os membros de uma figuração compartilham, e cujos traços recombina, o que contribui para moldar suas personalidades. A individuação resulta desses diferentes arranjos e oportunidades, assim como de sua particular incorporação, pelo sujeito, à camada ‘nós’ de sua personalidade” (QUINTANEIRO, 2010, p. 59).

Elias estabelece interlocução com a obra de Freud para desenvolver esse conceito, destacando a importância que o controle pulsional exerceu em configurações sociais como a sociedade de corte francesa de Luis XIV (ELIAS, 2001a), bem como na constituição do homem moderno. Quintaneiro sintetiza esse processo, destacando o risco de se construir uma percepção naturalizada de alguns comportamentos e características que são compartilhadas socialmente:

Por meio de sutilezas da conduta, cada cortesão definia dramaturgicamente seu lugar exato na hierarquia, a consideração que desfrutava por parte dos superiores e quem eram seus inferiores sociais; demonstrava seu status e manifestava sua dignidade. Como o rei era o único capaz de alterar as posições dos cortesãos, esses disputavam seus favores e simpatias. Atitudes, gestos contidos e frases distintivas desse status, impressas no *habitus*, moldavam a estrutura de personalidade. Coações mutuamente exercidas levam a que atitudes sociais se tornem próprias da individualidade dos seres humanos e, à medida que esse autocontrole se automatiza, cheguem a parecer constitutivas de impulsos naturais (QUINTANEIRO, 2010, p. 97).

Interessante notar, como indica o autor, que em sociedades mais complexas esse *habitus* social tem muitas camadas entrelaçadas: “é do número de planos interligados de uma sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no **habitus** social de uma pessoa” (ELIAS, 1994, p. 151). Sendo assim, indica que a identidade eu-nós é parte integrante do *habitus* social de uma pessoa, sendo, portanto, também sujeita à individualização, o que nos coloca a necessidade de revisão do conceito de identidade, pois o mesmo se refere a um processo.

O problema da identidade individual durante a vida inteira não pode ser intelectualmente apreendido, [...], enquanto não se levar em conta a natureza processual do ser humano e não se dispuser de instrumentos conceituais adequados, de símbolos linguísticos para identificar os processos de desenvolvimento (ELIAS, 1994, p. 153).

Elias, ao discutir os níveis de integração mais altos, esclarece que a interdependência maior de todos os grupos humanos acarreta determinados problemas, já que a imagem do nós, a identidade – nós da maioria das pessoas, se encontra defasada em relação à interdependência global, pois o *habitus* social está adaptado às nações singulares. Tal reflexão desenvolvida pelo autor aponta a tendência de integração a partir de indícios que encontra na direção de maior e mais complexa rede de interdependência dos grupos humanos e da presença de novos perigos e ameaças que afetam a todos:

De qualquer modo, já há sinais inequívocos de que as pessoas começam a se identificar com alguma coisa que ultrapassa as fronteiras nacionais, de que sua identidade de grupo-nós se desloca para o plano da humanidade. Um desses sinais é a importância que o conceito de direitos humanos aos poucos vai assumindo... Como podemos ver, a ascensão da humanidade até se tornar a unidade predominante de sobrevivência também marca um avanço da individualização. Como ser humano, o indivíduo tem direitos que nem mesmo o Estado pode negar (ELIAS, 1994, p. 189).

Considerações Finais

Ao desenvolver a crítica à teoria sociológica de Parsons, o autor repõe um problema fundamental presente nas ciências humanas: o da relação entre indivíduo e sociedade. Afirma que conceitos como “indivíduo” e “sociedade” não dizem respeito a dois objetos que existiriam separadamente, mas a aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos, e que ambos os aspectos (e os seres humanos em geral) habitualmente participam de uma transformação estrutural. Ambos se revestem do caráter de processos e não há a menor necessidade, na elaboração de teorias sobre seres humanos, de abstrair-se esse processo. Na verdade, é indispensável que o conceito de processo seja incluído em teorias sociológicas ou de outra natureza que tratem de seres humanos. Conforme demonstrado nesse estudo, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais só podem ser esclarecidas se ambos forem investigados como entidades em mutação e evolução. Pode-se dizer que a relação entre o que é denominado conceitualmente de “indivíduo” e de “sociedade” permanecerá

incompreensível enquanto esses conceitos forem usados como se representassem dois corpos separados, e mesmo corpos habitualmente em repouso, que só entram em contato um com o outro depois, por assim dizer.

Considero que as reflexões de Elias acerca da relação indivíduo e sociedade permitem aprofundamento da compreensão sobre uma questão fundamental para a Filosofia, ou seja: o que é o homem?

Elias faz referência à imagem fragmentada entre indivíduo e sociedade também presente na Filosofia; refere-se a essa imagem de homem como **homo philosophicus**, o qual nunca foi criança e aparentemente chegou ao mundo como adulto:

Este tipo de autopercepção parece óbvio, um sintoma do estado humano eterno, parece ter simplesmente a autopercepção normal, natural e universal de todos os seres humanos. A concepção do indivíduo como **homo clausus**, um pequeno mundo em si mesmo que, em última análise, existe inteiramente independente do grande mundo externo, determina a imagem do homem em geral. Todo outro ser humano é igualmente visto como “**homo clausus**” (ELIAS, 1994, p. 238).

Segundo o autor, tal imagem é estritamente comum tanto na sociedade como nas ciências humanas. “Seus derivativos incluem não só o tradicional **homo philosophicus**, a imagem do homem da epistemologia clássica, mas também o **homo oeconomicus**, o **homo psychologicus**, o **homo historicus**, e não menos o **homo sociologicus** em sua versão moderna” (ELIAS, 1994, p. 239)

Elias indica que as imagens do indivíduo presentes em Descartes, Max Weber, Parsons e muitos outros sociólogos tem a mesma origem. Observa-se, com base em suas reflexões, que a ideia do “ser encapsulado”, como o próprio autor indica, é recorrente na Filosofia moderna, desde o sujeito pensante de Descartes, passando pelas mônadas sem janelas de Leibnitz, o sujeito kantiano do conhecimento até, como indica, o inteiro “ser” do homem, sua “existência”, conforme suas várias versões na filosofia existencialista.

Nos estudos realizados por Elias, fica evidenciado que as estruturas de personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel. Pode-se demonstrar sem dificuldade, a partir de tal enfoque, que a mudança nas estruturas de personalidade é um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais.

O que mais Elias critica em Parsons e na sociologia de seu tempo é que suas ferramentas conceituais, incluindo conceitos como “estruturas” e “função”, os quais servem como emblemas da escola sociológica moderna dos “funcionalistas estruturais”, trazem a marca de um tipo específico de raciocínio que reduz processos à condição de estados. Nesse sentido, a relação entre indivíduo e sociedade é recolocada a partir da perspectiva de uma sociologia de processo:

A imagem do homem como “personalidade fechada” é substituída aqui pela de “personalidade aberta”, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas dependente delas. A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza, e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, da socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações (ELIAS, 1994, p. 249).

Estabelecendo interlocução com as questões discutidas pela Psicologia da Educação, podemos dizer que o processo específico de “crescimento” psicológico nas sociedades ocidentais, que, com tanta frequência tem ocupado a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso.

Nessa perspectiva, compartilho a posição de Carvalho e Borges de que

considerar as configurações mentais ou psíquicas produtos de um processo civilizatório de longa duração e que têm na escola um lugar privilegiado de conformação dos sujeitos, além da família, reafirma a importância de investigar as práticas

escolares em uma perspectiva relacional entre indivíduo e cultura, o que exige uma necessária articulação entre as diferentes ciências: História, Sociologia e Psicologia (CARVALHO e BORGES, 2016, p. 247).

Segundo Janine Ribeiro, esse é um procedimento que tem raízes nas convicções mais profundas de Elias, decorrendo daí a “(...) constante crítica a uma Psicologia, uma Sociologia, uma História, uma Economia entendidas como especialidades isoladas, fechadas sobre si mesmas” (RIBEIRO, 1993, p. 10).

Com certeza, esse é um dos desafios que temos a enfrentar na área das Ciências Humanas e Sociais.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Diana C. e BORGES, Abel S. Problematizar a relação indivíduo e sociedade na formação de professores: um desafio ainda atual para a Psicologia da Educação. In: SILVA, Fabiany de C.T e MIRANDA, Marília G. (org.) **Escritas da pesquisa em Educação no Centro-Oeste**. vol 2. Campo Grande: Ed. Oeste, 2016. p. 233-252.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.
- ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.
- QUINTANEIRO, Tania. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belho Horizonte: Argymentvm, 2010
- RIBEIRO, Renato J. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994. p. 9-12.

RIBEIRO, Renato J. Uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993. p. 9-12.